

DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DAS MIGRAÇÕES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – 2000/2010¹

Área 14: População, migração e desenvolvimento

Luís Abel da Silva Filho

Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA
abeleconomia@hotmail.com

Alexandre Gori Maia

Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
gori@eco.unicamp.br

RESUMO: as transformações econômicas Brasileiras são responsáveis pela dinâmica da população ao largo de seu território. Muitos são os estudos que atribuem ao mercado de trabalho parte substancial das decisões de migração, sem, contudo, considerar outros possíveis determinantes. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os condicionantes da dinâmica migratória brasileira, considerando-se múltiplas dimensões de análises. Revisa-se a literatura e o tratamento empírico é dado a partir da construção do Índice de Eficácia Migratória – IEM e do uso de modelos de dados em painel de efeitos fixos, tendo os municípios como unidades de análise. Os resultados mostram que as variáveis de mercado de trabalho, tais como: ocupação, trabalho no setor da indústria, comércio e serviços, explicam em maior proporção a participação de migrantes nos municípios do país. Já em relação à emigração, são os efeitos negativos dessas variáveis que motivam a saída de pessoas de seu município. Nesse sentido, é, pois, o mercado de trabalho que apresenta a maior relação com a dinâmica migratória no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: dinâmica migratória, infraestrutura; capital humano; mercado de trabalho.

Abstract: Brazilian economic transformations are responsible for the dynamics of the population of its territory. There are many studies that attribute a substantial part of migration decisions to the labor market, without, however, considering other possible determinants. In this sense, this paper aims to analyze the determinants of the Brazilian migratory dynamics, considering multiple dimensions of analysis. Literature is reviewed and empirical treatment is given by the construction of the Migration Effectiveness Index (MEI) and the use of fixed effects panel data models, with municipalities as units of analysis. The results show that labor market variables, such as occupation, work in industry, commerce and services, explain to a greater extent the participation of migrants in the municipalities of the country. Regarding emigration, it is the negative effects of these variables that motivate people to leave their municipality. In this sense, it is, therefore, the labor market that shows the greatest relation with the migratory dynamics in Brazil.

¹ Artigo Publicado nos Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER, Rio de Janeiro – outubro de 2019.

Keywords: migration dynamics, infrastructure; human capital; job market.

JEL: J0, J15, J61

1. Considerações Iniciais

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo acerca das questões que impactam na dinâmica migratória, comparando as variáveis que afetam a imigração (entrada de pessoas) e a emigração (saída de pessoas) nos municípios brasileiros. O pressuposto básico tomado para a análise é o de que o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica demográfica populacional brasileira foram marcados por desníveis acentuados em sua consolidação. Concentração econômica regional; indicadores de condições habitacionais díspares; elevada desigualdade no mercado de trabalho; disparidades relevantes no capital humano nacional; taxas de desemprego significativamente elevada e com substanciais diferenças entre as regiões; condições de atividades diferentes entre a população economicamente ativa nacional; diferenciais de rendimentos substancialmente elevados entre os ocupados na diferentes regiões do país, dentre outras questões, marcaram o movimento populacional em busca de condições socioeconômicas melhores em regiões economicamente mais dinâmicas (SJAASTADE, 1980; LEE, 1980; MARTINE, 1990; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998; PACHECO, 1998; GUIMARÃES NETO, 1997; DINIZ, 2001; ARAUJO, 2000; BRITO, 2006).

O contexto socioeconômico do país foi indutor da dinâmica migratória, sobretudo em anos de baixo crescimento econômico e com forte incidência de volatilidade climática em regiões de economias agrárias, o que ocasionava a necessidade de migrar como uma estratégia de superação aos desafios impostos pelas condições locais. As diferenças regionais e a busca por oportunidades de trabalho, diante de um quadro de baixo crescimento econômico e reduzida disponibilidade de mão de obra em algumas regiões, motivaram um movimento migratório em busca de inserção ocupacional, em um contexto de limitadas possibilidades de trabalho nas regiões de origem (SJAASTADE, 1980; LEE, 1980; MARTINE, 1990).

A dinâmica socioeconômica regional foi a primeira característica observada como fator de atração de migrantes nos clássicos estudos de Sjaastade (1980), Lee (1980) e Martine (1997). A renda esperada na região de destino substancialmente superior à renda auferida na região de origem constitui fator significativo no processo de expulsão e atração de mão de obra. Mesmo sabendo que fatores implícitos à decisão de migrar têm fortes impactos, o desejo pessoal de melhorar as condições socioeconômicas é determinante na decisão final (migrar ou não migrar).

Nesse sentido, a mobilidade espacial da população está intrinsecamente relacionada à mobilidade social. Sair da origem para outro destino é a busca por melhores condições de trabalho, com o qual se espera que haja maiores possibilidades de mobilidade social. Considerando-se estudos de Maia & Quadros (2010) e Maia (2013) é possível observar que a mobilidade social pelo trabalho configurou-se importante condição de melhoria social na economia brasileira nos anos 2000. Ademais, estudos recentes convergem à lógica que se configurou sobremaneira nos modelos teóricos sobre migrações por muitos anos, firmando que a mobilidade social do migrante acontece pelo trabalho (LIMA & VALE, 2001; SANTOS JUNIOR, 2002).

A abordagem histórico-estrutural propõe que a decisão de migrar parte do desejo por melhores condições de remuneração e de trabalho ofertados no local de destino em relação ao local de origem. Todaro (1980) considerou que a decisão de migrar é uma decisão pautada em fatores de natureza econômica e está diretamente influenciada pelas possibilidades de melhores condições de inserção socioeconômicas dos indivíduos. Partindo deste princípio, as

características individuais observáveis (raça/cor, sexo, escolaridade, dentre outras) e não observáveis (determinação, motivação, espírito empreendedor, dentre outras) analisadas na decisão de migração só ganham destaque em estudos empíricos mais atuais. Mas a possibilidade de ascensão social do indivíduo é o que mais explica a decisão da migração.

Ao longo dos anos, o movimento migratório foi sobremaneira elevado, com destinos os mais diversos entre as regiões do país, porém, com focos específicos em regiões onde o desenvolvimento econômico apresentava-se potencialmente elevado. O Sudeste brasileiro foi, por muitas décadas, tanto em termos absolutos quanto relativos, a região de maior atratividade de migrantes intrar-regionais e inter-regionais. Contrariamente, o Nordeste apresentou movimento de expulsão significativo nos últimos cinquenta anos do século XX (NETTO JUNIOR *et al.*, 2008), mas com mudanças acentuadas registradas nos últimos anos (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005).

O baixo dinamismo econômico de algumas regiões mostra-se como fator acentuadamente elevado para explicar os processos migratórios (SINGER, 1980; TAYLOR, 1999; BORJAS, 1996; PACHECO & PATARRA, 1997). A dinâmica da população é orientada pela dinâmica econômica, sendo este o principal fator de atração de migrantes no Brasil e no mundo (salvo os poucos países em que as migrações são motivadas pelas guerras, catástrofes climáticas, perseguições religiosas, dentre outras), mesmo compreendendo-se que a decisão é individual (SINGER, 1982; SAWYER, 1984; CANÇADO, 1999; SANTOS & MOREIRA, 2006; MATA *et al.*, 2007; CAMBOTA & PONTES, 2012; FREGUGLIA & MENEZES FILHO, 2012).

A dinâmica migratória no Brasil é resultado da caracterização socioeconômica de suas regiões. Concentração produtiva regional; baixo nível do capital humano; disparidades socioeconômicas substancialmente elevadas são fatores acentuadamente determinantes da dinâmica migratória nacional. Diante da conjuntura econômica brasileira e dos fatores supracitados, estudar a dinâmica migratória brasileira é substancialmente relevante do ponto de vista da dinâmica do capital humano em busca de oportunidades de inserção ocupacional. Ademais, os fluxos migratórios brasileiro são elevados.

Nos últimos anos, a migração de curta distância tem predominado. A melhora nos indicadores econômicos nacionais, tais como: crescimento econômico; desconcentração produtiva regional; redução das desigualdades regionais e econômicas da população; maior formalização no mercado de trabalho, de forma generalizada em todo o país, acabaram por impactar na redução de fluxos de longa distância e acentuar a migração de curta distância no território nacional. Os municípios polos de crescimento econômico acabaram se tornando importantes receptores de migrantes internos. Destarte, estudar a dinâmica migratória brasileira, considerando-se a migração intermunicipal é substancialmente relevante, em um recorte temporal (Censos Demográficos de 2000 e de 2010) em que ganha destaque os fluxos de curta distância na dinâmica migratória nacional.

Pelo contexto apresentado, este artigo busca analisar a dinâmica socioeconômica brasileira e os fatores de desenvolvimento socioeconômico atuantes na atração e repulsão de imigrantes e emigrantes, respectivamente, nos municípios do país. A especificidade desta investigação reside na análise conjunta dos fatores socioeconômicos intermunicipais² e individuais que impactam na decisão de migração. Por essa ótica, o desenvolvimento do trabalho baseia-se tanto em uma abordagem histórico-estruturalista quanto na ótica da maximização do bem-estar individual.

² A migração intermunicipal é aquela em que uma pessoa muda de um município para outro. É migrante intermunicipal aquela pessoa que migra de um município pertencente a um estado para outro município pertencente a outro estado, ou seja, interestadual; ou aquela que migra de um município de um estado para outro município no mesmo estado, ou seja, intraestadual. Assim, a migração intermunicipal acontece de um município para outro, seja do mesmo ou de outro estado.

Destarte, a intenção é observar as diferenças socioeconômicas e o perfil dos migrantes, bem como sua inserção socioeconômica nos municípios brasileiros, já que a divergência econômica do país é sobremaneira elevada. Sem embargo, a análise pretende responder algumas questões relacionadas ao deslocamento populacional, quais sejam: Quais as relações entre as condições socioeconômicas municipais e a dinâmica migratória? Como os migrantes se inserem, em termos socioeconômicos, nos locais de destino?

Considerando-se a decisão de migrar como sendo influenciada por fatores de natureza socioeconômica e de cunho individual os mais diversos possíveis, a magnitude das variáveis econômicas influencia a dinâmica populacional (infraestrutura, mercado de trabalho, taxa de desemprego, salários, dentre outras). Ademais, é oportuno destacar que é possível mensurar a influência que cada uma das características (socioeconômicas e demográficas individuais) utilizadas pode exercer sobre a tomada de decisão e os processos migratórios. Adicionalmente, destaque-se que a inserção socioeconômica dos migrantes nos municípios do país, a partir dos dois últimos Censos Demográficos, permite observar tanto a dinâmica migratória quanto o contexto econômico e social oriundo das transformações socioeconômicas vivenciadas no Brasil. Por esta ótica, firmam-se os propósitos deste estudo.

O artigo está dividido em cinco seções, além destas considerações iniciais, a segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados; na terceira seção, têm-se evidências empíricas da migração ao largo do território nacional; logo em seguida, na quarta seção, apresentam-se os resultados do Índice de Eficácia Migratória; na quinta seção, os resultados alcançados a partir do modelo de dados em painel; na sexta seção, tecem-se as considerações finais.

2. Procedimentos metodológicos

Este artigo analisa os impactos das variáveis socioeconômicas sobre a dinâmica migratória: atração e repulsão nos municípios brasileiros, a partir dos microdados oriundos dos Censos Demográficos do Brasil nos anos de 2000 e de 2010³. Ademais, usa-se aqui informações sobre os chefes de domicílios nos dois anos em análise. A migração de data fixa foi a aqui utilizada. No Brasil é considerada aquela em que os migrantes estão a menos de cinco anos nos municípios atuais no momento em que o Censo vai à campo. Ou seja, se a pessoa respondeu que residia em outro município em 31/07/1995 e 31/07/2005, nos censo de 2000 e de 2010, respectivamente, ela é migrante de data fixa. Além disso, optou-se pela migração de data fixa, para que se pudesse verificar o efeito da migração de curta distância nos últimos Censos Demográficos, bem como captar os efeitos das transformações socioeconômicas brasileiras e seus impactos sobre a dinâmica migratória em anos recentes, desta forma, excluindo-se os demais tipos de migração.

As variáveis utilizadas ao longo do artigo são: *i*) domicílios no destino com responsável imigrantes; *ii*) domicílios na origem com responsáveis que emigraram; *iii*) domicílios com serviço de abastecimento de água por rede geral; *iv*) domicílios com sistema de esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica e fossa rudimentar; *v*) domicílios com coleta de lixo por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza; *vi*) domicílios com abastecimento de energia elétrica por companhia distribuidora ou por outras fontes; *vii*) domicílios nos quais a pessoa responsável afirmou ser alfabetizada; *viii*) domicílios nos quais a pessoa responsável afirmou ter ensino médio completo; *ix*) domicílios nos quais a pessoa responsável respondeu ter ensino superior completo; *x*) domicílios nos quais a pessoa de referência respondeu estar ocupado na semana de referência da pesquisa;

³ Os Censos Demográficos no Brasil são realizados a cada 10 anos, desde o ano de 1950 até o ano de 2010, último ano realizado. Nesse período, somente um Censo não foi decenal, o de 1991.

xi) domicílios nos quais o responsável pelo domicílio respondeu ser contribuinte de instituto oficial de previdência social no trabalho principal ou em outro trabalho; *i*) domicílios nos quais o responsável respondeu estar ocupado em setores de atividades econômicas da indústria, comércio ou serviços (ICS); *i*) domicílios nos quais o responsável declarou ser pobre no trabalho. Ou seja, ter remuneração inferior a ¼ salário mínimo.

2.1 – Índice de Eficácia Migratória

Para se fazer uma análise da dinâmica migratória municipal brasileira, um importante índice utilizado pela literatura internacional e nacional é o Índice de Eficácia Migratória – *IEM*. Este foi criado e indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Manuals VI, 1970) e sugere uma forma de se comparar a dinâmica migratória interna de um país, sem riscos de fragilidade do indicador ao longo do tempo. Com isso, pode-se fazer uma análise interna das migrações em recortes temporais diferentes, mantendo-se a robustez dos resultados. Assim, busca-se fazer uma análise dinâmica das migrações no território considerando-se as emigrações e imigrações de cada unidade de análise (municípios, estados ou regiões) (saídas e entradas). Com o índice, é possível observar os municípios (unidade de análise deste artigo) por sua capacidade de retenção, evasão e rotatividade migratória. Para tanto, faz-se necessária a construção da matriz migratória brasileira, aqui apresentada em níveis municipais. A matriz migratória deste artigo é construída a partir da seguinte denominação matemática. Seja *A* uma matriz migratória qualquer:

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & \cdots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{i1} & \cdots & a_{ij} \end{pmatrix} \quad (1)$$

Onde,

A_{ij} = saída dos migrantes do município *i* para os municípios *j* no período *t* em análise;

$\sum a_{1j}$ = total de pessoas que emigraram do município *i* para os *j* municípios brasileiros;

$\sum a_{i1}$ = total de pessoas que são imigrantes no município *i* e que saíram dos *j* municípios brasileiros.

A partir desta definição, é possível construir uma análise de fluxos para os migrantes brasileiros responsáveis pelos domicílios e então construir o *IEM*. Os valores assumidos pelo índice variam entre $-1,00$ e $1,00$. A fórmula matemática dá-se a partir da seguinte expressão:

$$IEM = \left[\frac{I_i - E_i}{I_i + E_i} \right] \quad (2)$$

Onde, I_i e E_i são, respectivamente, os imigrantes residente no município *i* e os emigrantes do município *i* nos dois Censos em análises.

Com a construção do índice, é oportuno destacar que a literatura nacional (OLIVEIRA, 2011) e internacional (MENEZES, 2003) interpretam os valores aproximadamente da seguinte forma: $-1,00 < -0,13$ são considerados área de perda migratória; $\geq -0,13 \leq 0,12$ atribuem-se como área de rotatividade migratória; e, $> 0,12 \leq 1,00$ são classificados como área de retenção migratória.

O uso do índice tem a finalidade de apresentar, a partir de mapas, os municípios brasileiros que apresentam eleva perda populacional (no caso do Brasil, as saídas se dão, sobremaneira, por questões econômicas. Ou seja, baixa dinâmica econômica dos municípios o que induz o movimento de saída em busca de trabalho); as áreas que atraem e emitem mão de

obra constantemente, sendo assim, de elevada entrada e saída. Esses municípios são, no mais das vezes, aqueles de dinamismo econômico temporário, sem, contudo, firmar-se uma base econômica dinâmica capaz de atrair e manter a força de trabalho, sendo assim, se configuram como municípios onde há rotatividade migratória; as áreas de retenção, no caso brasileiro, podem ser classificadas como aquelas que atraem e mantêm a força de trabalho por consideráveis períodos de tempo. Ou seja, são municípios localizados em áreas de constante crescimento econômico.

2.2 Modelo de dados em painel

A segunda parte deste artigo faz o uso do modelo de dados em painel pela abordagem de efeitos fixos. Utilizam-se os municípios como unidades de corte transversal. Os municípios existentes em 2010 foram compatibilizados para o ano 2000, de tal forma que os novos municípios desmembrados foram agrupados aos seus municípios de origem, conforme constavam no Censo Demográfico do ano 2000, para que a matriz de dados pudesse ser compatibilizada. Assim, o painel de análise contava com 5.507 municípios em dois períodos, totalizando 11.014 registros.

O modelo de dados em painel consiste em associar dados de séries temporais e corte transversal. Isso resulta na junção de informações de várias unidades de análise acompanhada ao longo do tempo. Nesse sentido, têm-se que a composição das unidades se dá a partir de $i = 1, 2, 3 \dots, N$ unidades em um intervalo de tempo qualquer em que $t = 1, 2, 3 \dots, T$ períodos de tempo utilizado na série temporal em i unidades de observação.

Com isso, as unidades de análises e o tempo são cruciais à construção do painel de dados a ser usado em estudos desta natureza. Destarte, a representação matemática assume a seguinte forma:

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde, α_i assume os efeitos específicos das unidades de corte transversal, sendo que esses são considerados constantes ao longo do tempo em estudo; e, ε_{it} assume o termo de erro não especificado no modelo. O fator α_i pode ser controlado pela abordagem de efeitos fixos ou aleatórios. A primeira, efeitos fixos, assume que esse fator pode estar correlacionado às características dos municípios X_{it} . A segunda, efeitos aleatórios, assume que esse fator não está relacionado às características dos municípios. Neste trabalho, optou-se pela abordagem de efeitos fixos, uma vez que a decisão de migrar (atratividade, por exemplo), também estaria associada às características socioeconômicas dos municípios.

Com isso, busca-se a correlação entre as características das unidades e as variáveis aleatórias utilizadas no modelo de dados em painel empregado neste estudo. A participação de migrantes no município i pode ser explicada por variáveis circunstanciais de infraestrutura básica domiciliar, tais como: atendimento de energia, água, esgoto e coleta de lixo; variáveis de capital humano municipal, quais sejam: participação de pessoas alfabetizadas e participação de pessoas com pelo menos o segundo grau completo; participação de pessoas com ensino superior completo; e, variáveis de mercado de trabalho, sendo elas: taxa de ocupação (participação de pessoas ocupadas sobre a População em Economicamente Ativa – PEA do país), contribuição previdenciária e participação de ocupados na Indústria, no Comércio e nos Serviços (ICS) por município brasileiro.

3 – Dinâmica migratória brasileira: aspectos socioeconômicos e demográficos

As limitações do espaço geográfico, das condições de trabalho, da renda concentrada, dentre outras, proporcionaram problemas cruciais no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. As questões políticas e econômicas foram fortemente influenciadas pela dinâmica urbana registrada a partir da concentração produtiva e da fluidez com que a dinâmica populacional se intensificava. A estrutura do mercado de trabalho sempre apresentou forte influência no movimento migratório brasileiro, sobretudo no auge do processo de industrialização, bem como do avanço da fronteira agrícola nacional (TODARO, 1980; WOOD, 1982; MARTINE, 1990). Por um lado, mudanças substanciais nas estruturas produtivas comprometiam acentuadamente a inclusão de mão de obra, principalmente aquela com baixo nível de escolaridade e reduzida experiência profissional nos grandes centros de desenvolvimento industrial do país. Por outro, a busca por trabalho nas regiões de fronteira agrícola absorveu, por muitos anos, o excedente populacional não absorvido pelas atividades ligadas à indústria.

Estudos dessa natureza confirmam a hipótese do modelo histórico-estrutural determinante da migração (SINGER, 1980). Por ele, entende-se que a decisão de migrar decorre da deficiente capacidade das estruturas produtivas instaladas e afetam negativamente a economia das regiões que expulsam população. Mudanças substanciais na dinâmica produtiva regional reforçam um movimento migratório em busca de melhores condições de existência em outras regiões.

Conforme destacou Ramalho (2005), são as disparidades econômicas regionais em um país com elevada população distribuída em território acentuadamente díspar, bem como a concentração da renda monetária, que determinam o movimento migratório. Mudanças nas estruturas produtivas regionais mudam o sentido dos fluxos migratórios. Nesse caso, é a busca por melhores condições de trabalho, principalmente com remuneração superior àquela auferida na origem, que determina o destino. Na dinâmica migratória intermunicipal, questões relacionadas à infraestrutura domiciliar e à possibilidade de acesso a serviços de formação de capital humano também têm relevância na decisão de migrar.

Essas desigualdades nas estruturas produtivas regionais impactam acentuadamente na distribuição regional da renda monetária da população brasileira. As regiões mais desenvolvidas economicamente são as que mais absorvem mão de obra, e com os melhores salários praticados, o que incentiva a migração inter-regional e intrar-regional nestes espaços (FREGUGLIA *et al.*, 2007). Mesmo diante da melhor performance assumida em anos recentes nas estruturas produtivas em escalas regionais no país, Freguglia & Menezes Filho (2012) constataram o elevado efeito dos diferenciais de salários nas escalas regionais influenciando o movimento migratório incentivado por maior renda monetária advinda do trabalho. Contudo, parcela relativamente pequena da população migrante é influenciada pela dinâmica do mercado de trabalho em setores de alta intensidade tecnológica e de substancial capacidade de absorção de mão de obra qualificada. A maioria da população migrante ocupam postos de trabalhos em setores mais tradicionais.

Destarte, alguns trabalhos no Brasil têm procurado elencar determinantes dos processos migratórios tendo como condicionantes as disparidades de renda regionais, sem, contudo, analisar as questões socioeconômicas de natureza estrutural no destino dos migrantes (FERREIRA & DINIZ, 1995; MENEZES & FERREIRA JÚNIOR, 2003; NETTO JÚNIOR *et al.*, 2008). Diante disso, as questões relacionadas à desigualdade de renda regional, mediante a alocação espacial da força de trabalho pelos processos migratórios, justificam uma série de estudos empíricos.

Além daqueles, há produção considerável acerca da seletividade migratória⁴ nos estudos internacionais (BORJAS, 1987, 1998; CHISWICK, 1978, 1999) e nacionais (RAMALHO, 2005; SILVA *et al.*, 2016) que atribuem à migração a perda de mão de obra qualificada ou empreendedora, já que fatores como melhor remuneração têm significativa importância na decisão de migrar. Destarte, os empreendedores, que formam parte do contingente migratório, procuram morar em áreas urbanas de maior relevância econômica e com maiores possibilidades de ascensão social.

Freguglia *et al.* (2007) e Freguglia & Menezes Filho (2012) mostraram que migrantes das regiões economicamente menos desenvolvidas buscam melhores condições de inserção ocupacional. Para os autores, há diferenciais de salários entre as regiões e esse é um dos incentivos à migração nos estudos realizados. Ante isso, a seleção positiva pode não acontecer exatamente pela maior qualificação ou determinação na ótica individual, mas pelas condições oferecidas pelo mercado de trabalho no destino, contrariando alguns dos trabalhos que elegem a seletividade migratória como fenômeno que acentua a disparidade de renda na escala regional.

Além disso, as cidades do agronegócio brasileiro também se tornaram importantes polos de oportunidade: essas cidades recebem substancial participação de migrantes ao longo dos anos em busca de trabalho. São importantes destinos para a força de trabalho e atende aos anseios de parte da mão de obra não qualificada, sobretudo para atuar nas atividades diretas no campo. Assim, não é possível desprezar o importante papel do agronegócio na dinâmica migratória brasileira, principalmente com o avanço da fronteira agrícola nacional e na consolidação das atividades de campo na atração de agroindústrias nos anos posteriores ao avanço da produção de grão no país (GUIMARÃES & LEME, 2002; JUTTEL, 2007).

Os impactos da expansão da fronteira agrícola nacional sobre a dinâmica da população são registrados ainda em alguns poucos municípios do Nordeste brasileiro. Essa dispersão da dinâmica migratória nacional é acentuada pela modernização e ocupação agrícolas nas áreas menos povoadas do território nacional (TODARO, 1980; WOOD, 1982; MARTINE, 1990; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998; GUIMARÃES & LEME, 2002; JUTTEL, 2007). Conforme Brito (2006) o Centro-oeste ainda se destaca na dinâmica migratória dos anos 2000, bem como o Norte do país que apresentou crescimento expressivo nas migrações nos últimos anos (JAKOB & JAKOB, 2015).

O Centro-Oeste, com o desenvolvimento do agronegócio em larga escala, tornou-se um importante núcleo de atração de migrantes ao longo das últimas décadas do século XX (MARTINE & CAMARGO, 1984; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998) e início dos anos 2000 (GUIMARÃES & LEME, 2002; BRITO, 2006; JUTTEL, 2007). Assim, questões de natureza estrutural podem impactar na dinâmica migratória brasileira? Há correspondência entre o nível de desenvolvimento socioeconômico municipal e a atração de pessoas ao largo do território nacional?

A conjuntura econômica nacional nos anos 2000, com desconcentração produtiva regional, embora pequena; redução das desigualdades socioeconômicas ao largo do território brasileiro; surgimento de polos de crescimento econômico nas cidades médias do país, torna-se importante motivo para se estudar a dinâmica migratória intermunicipal. Nos últimos Censos Demográficos, a migração de longa distância vem cedendo espaço a um movimento migratório de curta distância no país (VASCONCELLOS & RIGOTTI, 2005). Nestes aspectos, a seção que se segue busca contemplar o objetivo do artigo a apresenta os

⁴ Por esse modelo, entende-se que os imigrantes são parcela da população com características individuais mais agressivas, entusiástica, empreendedora e motivada a buscar melhores oportunidades. Por isso, constituem uma amostra positivamente selecionada.

determinantes da migração em um contexto de desempenho socioeconômico dos municípios do Brasil.

3.1 – Determinantes da migração nos municípios brasileiros

A dinâmica migratória brasileira é definida pela intensidade e pelo volume dos fluxos migratórios. Os padrões de classificação e os determinantes da mobilidade de pessoas no país assumem os mais diversos motivos ao longo dos anos. Questões relacionadas ao desenvolvimento econômico das regiões Brasileiras e fatores de naturezas climáticas tomaram dimensão substancial na análise da dinâmica migratória na segunda metade do século XX (MARTINE & CAMARGO, 1984; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998; AYDOS, 2010). Conforme Myrdal (1956) os principais condicionantes da dinâmica demográfica estão relacionados às suas desigualdades no âmbito da geografia econômica interna. Nessa interpretação, as questões econômicas são uma das principais determinantes da mobilidade populacional.

É possível destacar que dos anos 1940 aos anos 1980, a dinâmica migratória brasileira foi pautada sobretudo por questões relacionadas a fatores climáticos (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998) – saídas do Nordeste – e relacionados ao desenvolvimento socioeconômico do país (MARTINE & CAMARGO, 1984). A construção de rodovias de acesso e o mercado de trabalho em setores industriais que se despontavam nas regiões de maior envergadura econômica foram cruciais à promoção do movimento populacional interno.

Nos anos mais recentes, sobretudo depois do avanço das políticas de desconcentração produtiva e da redução das desigualdades regionais brasileiras, novos fluxos migratórios e novas direções foram registrados (VASCONCELLOS & RIGOTTI, 2005; LIMA & BRAGA, 2013; GAMA & MACHADO, 2014). As novas áreas de desenvolvimento econômico em potencial no Centro-Oeste e Norte do país (JAKOB & JAKOB, 2015), além dos movimentos registrados para o Nordeste, sobretudo a migração de retorno, são fenômenos recentes que marcaram a nova fase dos processos migratórios internos brasileiros (GUIMARÃES & LEME, 1997; JUTTEL, 2007; JUSTO *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2016).

A figura 1 mostra o saldo de migrantes dos municípios brasileiros, considerando-se a migração de data fixa e o recorte por responsáveis pelos domicílios nos anos de 2000 e de 2010. Pelos resultados, é possível perceber que a grande maioria dos municípios, sobretudo no Norte e no Nordeste teve perda líquida de pessoas, considerando-se somente o movimento de entrada e de saída, sem se considerar aqui o crescimento vegetativo⁵.

Transformações socioeconômicas nacionais, além de reduzir relativamente a intensidade dos fluxos migratórios, também reduzem a participação relativa de migrantes. Conforme registrado por Vasconcellos & Rigotti (2005), a forte concentração de migrantes no censo de 2000 eram aqueles que estavam na faixa de até 250 quilômetros de distância do município de origem. Ou seja, a migração acontece com redução da distância para a maioria dos fluxos registrados. Isso pode resultar pelas várias necessidades na mobilidade da população: trabalho, estudo, ou outras questões subjetivas dos migrantes.

⁵ Diferença entre natalidade e mortalidade nos municípios.

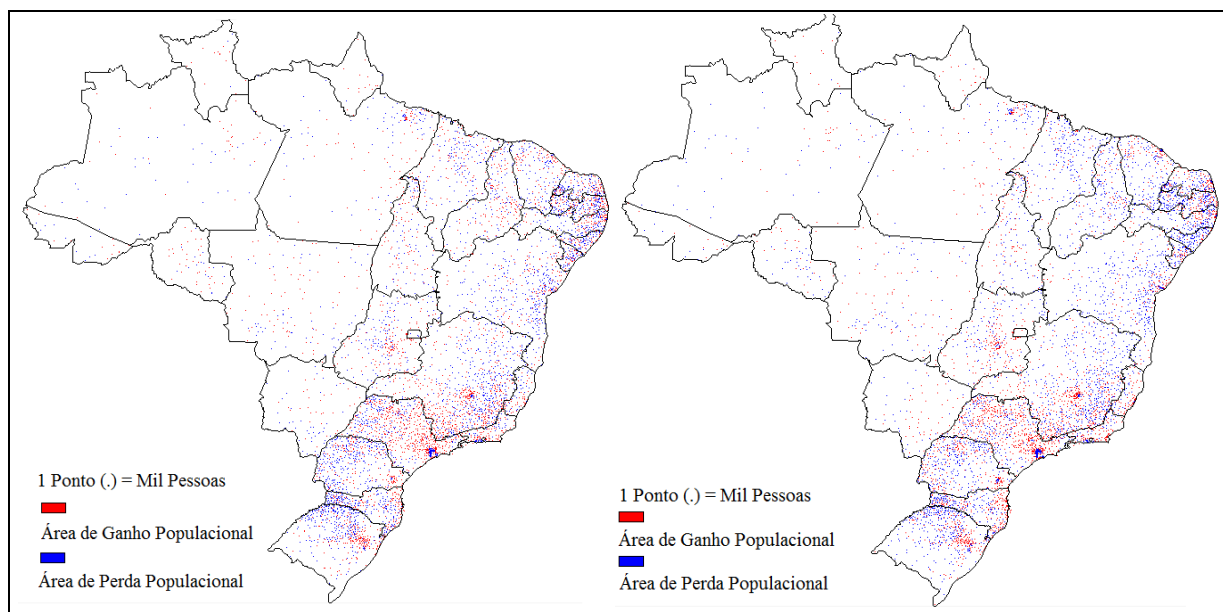


Figura 1: Saldo migratório (migração de data fixa) dos responsáveis pelos domicílios nos municípios brasileiros– 2000/2010.

Fonte: elaboração do autor a partir de dados dos censos demográficos do Brasil – 2000/2010.

Tanto em 2000 quanto em 2010, a maioria dos municípios brasileiros que tinha saldos positivos estão próximos a municípios com perda líquida de migrantes. Ou seja, considerando-se a distância dos fluxos, isso pode refletir a migração intermunicipal, em sua maioria, dentro do mesmo estado ou para estados próximos, já que a distância dos fluxos reduz-se ao longo dos anos. Os resultados refletem apenas o saldo, sem uma análise mais profunda dos fluxos (não é o objetivo central deste artigo). Isso pode resultar no fato de que os responsáveis pelos domicílios mudam-se com mais frequência seja pela necessidade de trabalho ou de proporcionar melhores oportunidades às famílias, como, por exemplo, a possibilidade de estudar os filhos.

Pela figura 2, é possível perceber a concentração de migrantes nas áreas metropolitanas do país nos dois anos estudados. As áreas litorâneas do Nordeste e as capitais do Sudeste e Sul brasileiro apresentam a maior concentração absoluta de migrantes em ambos os anos.

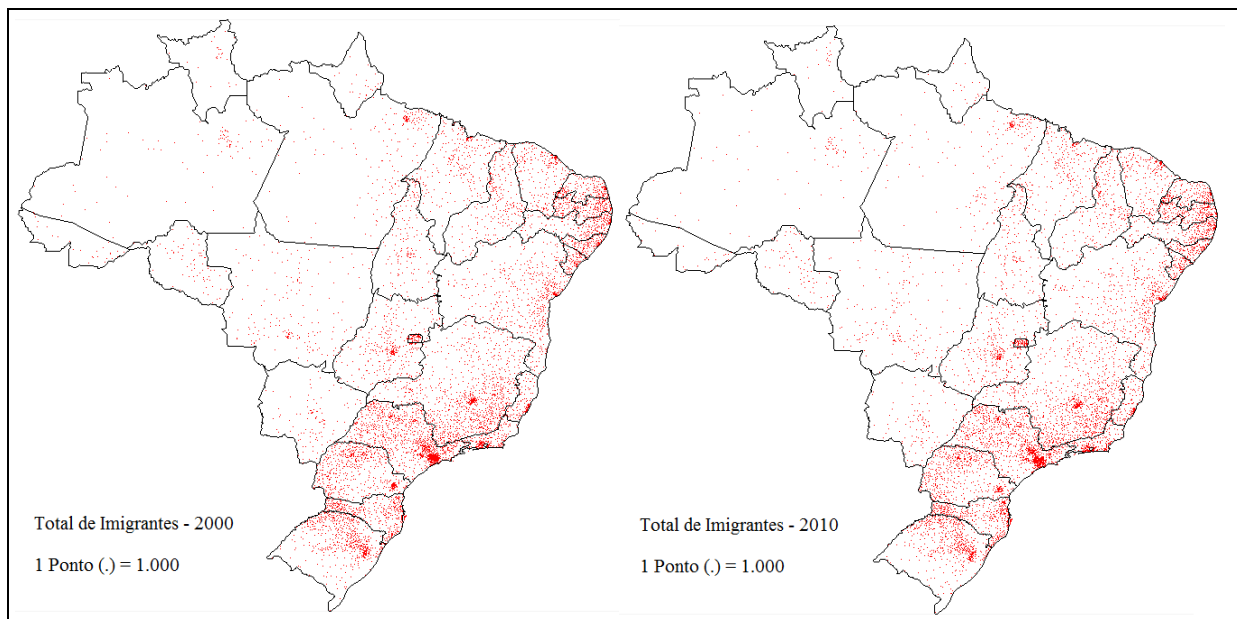


Figura 2: Total de migrantes brasileiros de data fixa no ano de 2000 e de 2010 (cada [.] ponto do mapa equivale a 1.000 pessoas).

Fonte: elaboração do autor a partir de dados dos censos demográficos do Brasil – 2000/2010.

A partir do Índice de Eficácia Migratória, é possível classificar áreas como de retenção, evasão e rotatividade no âmbito macrorregional. Os índices de eficácia migratória que podem ser espacialmente observados na figura 3 mostram que no ano 2000, muitos municípios, principalmente do Nordeste brasileiro, caracterizavam-se como áreas de evasão populacional, apesar do retorno em alta registrada na dinâmica migratória da região (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005; QUEIROZ & SANTOS, 2011; JUSTO *et al.*, 2012; QUEIROZ & BAENINGER, 2013). Esses resultados podem encontrar respaldos empíricos no fato de o desenvolvimento econômico regional, mesmo com a desconcentração produtiva e a redução das disparidades regionais, ainda ser um desenvolvimento concentrado em áreas de maior capacidade de absorção de atividades econômicas, dado, sobretudo por seu potencial nível de infraestrutura (SILVA FILHO *et al.*, 2015).

Diante disso, os municípios metropolitanos e de regiões com potencial elevado de desenvolvimento apresentam os melhores resultados no *IEM*. Como pode ser visualizado, são nos municípios metropolitanos e nas cidades médias do Nordeste que o valor do indicador acusa como áreas de retenção populacional, ficando as áreas menos desenvolvidas como de elevada rotatividade migratória ou áreas de evasão no ano 2000. Ademais, a região Sudeste, sobretudo o estado de São Paulo, Espírito Santo e Sul de Minas Gerais, apresentam índices referentes à retenção e ou rotatividade migratória, sendo poucos municípios classificados como áreas de evasão populacional. Já o norte de Minas Gerais e todo o sertão baiano se destacam em áreas de municípios com populações evasivas.

Ainda no ano 2000, a concentração de municípios no Centro-Oeste e no Norte como área de retenção migratória é sobremaneira elevado. No Norte, conforme destacado por Jakob & Jakob (2015), cinco das capitais da região apresentaram crescimento populacional acima de 3%, sendo que somente uma capital fora desta região obteve estes resultados. Além disso, o elevado processo de agroindustrialização regional tem respaldo empírico na literatura para justificar o intenso movimento migratório para a região Centro-Oeste (GUIMARÃES & LEME, 1997; JUTTEL, 2007), bem como a permanência dos migrantes familiares nos estados. Goiás e Mato Grosso se destacam na retenção migratória regional (JUTTEL, 2007). A expansão da fronteira agrícola acoplada aos programas de desenvolvimento da região,

baseados no desenvolvimento do agronegócio tem importante impacto na atração e retenção populacional.

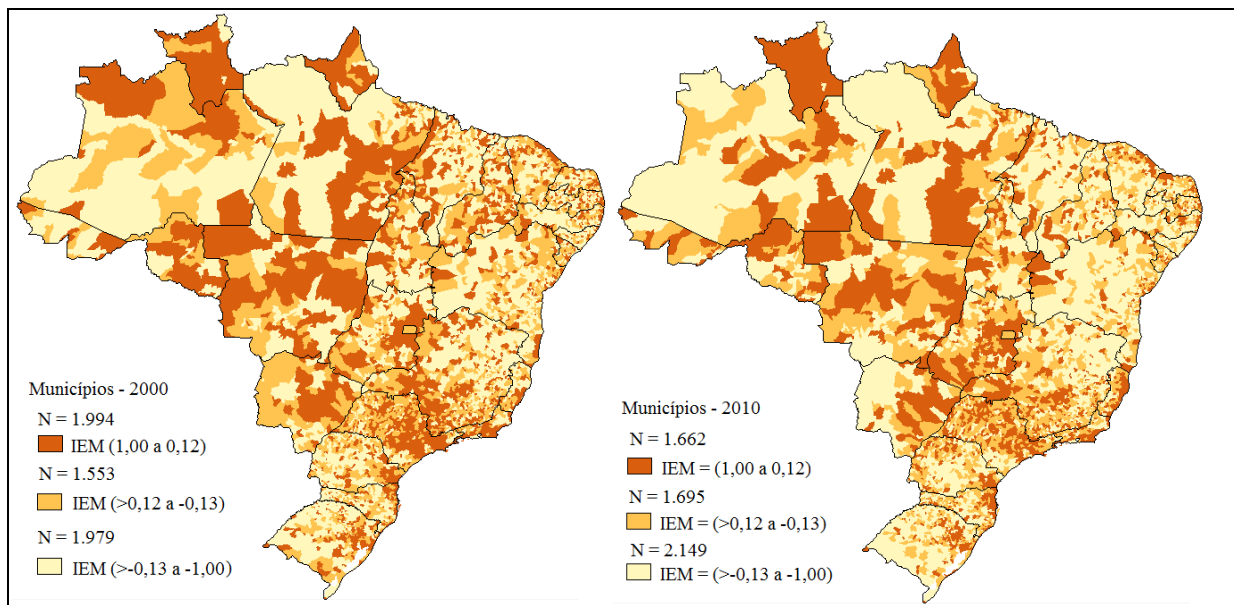


Figura 3: Índice de Eficácia Migratória nos municípios brasileiros – 2000/2010

Fonte: elaboração do autor a partir de dados dos censos demográficos do Brasil – 2000/2010.

Em 2010, como pode ser observado pelo mapa, apesar da região Centro-Oeste ser detentora dos maiores valores assumidos pelo IEM, outros municípios de outras regiões do país assumiram valores classificados como unidades de retenções populacionais. Os resultados podem estar associados à melhora nos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos dos municípios brasileiros. Pelo mapa da direita da figura, é possível perceber que as áreas de evasão se expandem em 2010. No Nordeste elevam-se os municípios de evasão em 2010, quando comparado ao ano 2000. Além dessa região, o número de municípios do Sul considerados como áreas de perdas populacionais também se expande.

O número de municípios classificados com pelo menos alguma rotatividade migratória se eleva em todo o território nacional. A intensidade e a redução dos fluxos migratórios, bem como do tempo de permanência nas cidades, dado pela rotatividade no mercado de trabalho, podem explicar o padrão de migração recente. Assim, uma elevada rotatividade no mercado de trabalho como a apresentada pelo Brasil (CORSEUIL *et al.* 2002a; 2002b; ORELLANO & PAZELLO, 2006; SILVA FILHO, 2016) pode acentuar o movimento espacial da população.

4 – Estatísticas descritivas e o Modelo de dados em painel

Nessa seção, a abordagem será feita a partir das estatísticas descritivas das variáveis utilizadas neste estudo, bem como será apresentado os resultado dos modelos de dados em painel, pela abordagem de efeitos fixos com transformação *within*⁶. Aqui, busca-se explicar a participação de imigrantes e emigrantes nos municípios brasileiros. Partindo-se do pressuposto de que são muitas as condicionantes socioeconômicas e demográficas da dinâmica migratória no país, recorrem-se às variáveis em múltiplas dimensões. O objetivo é estabelecer uma relação de causa e efeito entre os fatores socioeconômicos (causa) e migração (efeito) nos municípios brasileiros.

⁶ Wooldridge (2010, p. 300)

4.1 – Estatísticas descritivas das variáveis

Pelas estatísticas descritivas é possível confirmar que as variáveis de infraestrutura domiciliar (domicílios com atendimento de energia elétrica, abastecimento de água, cobertura de esgoto e coleta de lixo) mostram que houve substancial melhora entre o primeiro e o último ano em análise. Em 2010, a oferta de energia elétrica aproximou-se da universalização e 97% dos domicílios brasileiros responderam ter energia elétrica, segundo o Censo de 2010. Ademais, tanto o abastecimento de água, coleta de lixo quanto o esgotamento sanitários apresentaram taxa de cobertura maior no ano 2010, comparativamente ao ano 2000, apesar de ainda haver substanciais possibilidades de melhora na oferta de tais serviços básicos (ver tabela 1).

Tabela 1: Descrição das variáveis e do e dos valores médios municipais no Brasil: 2000/2010

Variáveis	Ano		Descrição das Variáveis – participação por município 2000 e 2010
	2000	2010	
<i>p_imigrante</i>	0,11	0,08	Percentual de domicílios no destino liderado por imigrantes
<i>p_emigrante</i>	0,10	0,08	Percentual de domicílios na origem com responsáveis que emigraram
<i>p_agua</i>	0,58	0,69	Percentual de domicílios com serviço de abastecimento de água por rede geral.
<i>p_esgoto</i>	0,75	0,86	Percentual de domicílios com sistema de esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial; fossa séptica e fossa rudimentar.
<i>p_lixo</i>	0,53	0,70	Percentual de domicílios com coleta de lixo por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza.
<i>p_energia</i>	0,86	0,97	Percentual de domicílios com abastecimento de energia elétrica por companhia distribuidora ou por outras fontes.
<i>p_alfabetizado</i>	0,72	0,79	Percentual de domicílios nos quais a pessoa responsável afirmou ser alfabetizada.
<i>p_segrau</i>	0,08	0,15	Percentual de domicílios nos quais a pessoa responsável respondeu ter ensino médio completo.
<i>p_superior</i>	0,02	0,05	Percentual de domicílios nos quais a pessoa responsável respondeu ter ensino superior completo.
<i>p_ocupado</i>	0,79	0,74	Percentual de domicílios nos quais a pessoa de referências respondeu estar ocupado na semana de referência da pesquisa.
<i>p_previdencia</i>	0,11	0,12	Percentual de domicílios nos quais o responsável pelo domicílio respondeu pagar previdência no trabalho principal ou em outro trabalho.
<i>p_ICS</i>	0,30	0,32	Percentual de domicílios nos quais o responsável respondeu estar ocupado em setores de atividades econômicas da indústria, comércio ou serviços (ICS).
<i>p_pobretrab</i>	0,68	0,57	Percentual de domicílios nos quais o responsável declarou ser pobre no trabalho. Ou seja, ter remuneração inferior a 1/2 de salário mínimo.

Fonte: elaboração do autor a partir de dados dos Censos demográficos de 2000 e 2010

No que se refere ao capital humano (educação formal dos chefes de domicílios), a participação de pessoas alfabetizadas, com segundo grau e com ensino médio completo também melhoram no período intercensitário. Porém, ainda é baixa a participação de chefes de domicílios brasileiros com ensino superior completo, sendo ela de 2% no ano 2000 e de 5% no ano de 2010.

Já no mercado de trabalho (taxa de ocupação, cobertura previdenciária dos ocupados, ocupados em atividades de comércio, indústria e serviços e pobreza no trabalho), a participação relativa de ocupados se reduz do primeiro ao último ano, saindo de 79% para 74% da força de trabalho. Porém, a pobreza no trabalho se reduz de 68% para 57%, do

primeiro ao último ano, que pode resultar da elevação da renda via programas de transferência de renda condicionada. Ademais, eleva-se, embora levemente, a participação de ocupados na indústria, comércio e serviços, em detrimento das demais atividades, bem como a participação de ocupados assegurados por institutos oficiais de previdência social (ver tabela 1).

4.2 - Resultados e discussões: o modelo de dados em painel

Pela análise do modelo de dados em painel, os resultados indicam que, se a participação de responsáveis no domicílio com segundo grau aumentar em um ponto percentual, em relação aos que tem primeiro grau, espera-se uma redução de 0,117 pontos percentuais na imigração no município. Ademais, se variar em um ponto percentual a participação de responsáveis pelos domicílios com ensino superior, espera-se redução de ordem de 0,04 pontos percentuais na participação de imigrantes no município. Já a variação de um ponto percentual na participação *p_alfabetizado* implica na variação de 0,066 pontos percentuais na participação de imigrantes nos municípios. O nível de alfabetização do município tem relação direta com a participação de imigrantes em níveis municipais. Os resultados sugerem que a imigração está associada a localidades onde há maior participação de pessoas escolarizadas⁷. Mas naquelas localidades com elevados índices de qualificação, a participação da imigração é menor. Provavelmente porque os migrantes teriam uma inserção mais difícil no mercado de trabalho. O coeficiente da variável *p_superior* é menos expressivo, mas sinaliza na mesma direção que o de ensino médio.

No que se refere ao imigrante, é oportuno destacar que todas as variáveis de infraestrutura domiciliar, com exceção de *p_esgoto*, apresentaram significância estatística, aos níveis de 0,001, 0,01 e 0,05. Nas variáveis de infraestrutura domiciliar, *p_agua* e *p_lixo* apresentaram sinais positivos e *p_energia* sinal negativo para explicar a participação de imigrantes por município do país. Ou seja, os municípios com maior cobertura de serviços basilares também são os que tendem a atrair os imigrantes.

Ademais, a variação de um ponto percentual na participação *p_ocupado* implica na variação de 0,06 pontos percentuais na participação de imigrante nos municípios brasileiros. Pode-se interpretar que a taxa de ocupação nos níveis municipais tem relação direta com a participação de imigrantes. Destarte, o mercado de trabalho local é importante sinalizador da dinâmica migratória do município. Na medida em que aumenta em um ponto percentual a taxa de ocupação, tende a se registrar variação positiva na participação de imigrantes no nível municipal.

O setor de atividade econômica também apresentou sinal positivo para o coeficiente. Isso significa que a variação de um ponto percentual nos ocupados *p_ICS* implica na variação de 0,06 pontos percentuais na participação de imigrantes intermunicipais no Brasil. Ou seja, há uma relação de causa e efeito entre os ocupados nestes setores de atividades (causa) e a participação de imigrantes (efeito) que são diretamente relacionadas. De outra forma, a variação de um ponto na pobreza no trabalho (*p_pobretrab*) implica na redução da participação de imigrantes nos municípios em 0,02 pontos percentuais. Ou seja, há correlação positiva entre os indicadores de mercado de trabalho e a participação de imigrantes, bem como uma correlação negativa entre pobreza no trabalho e imigrantes intermunicipais no país.

Tabela 2: Modelo de dados em painel para participação de migrantes e imigrantes nos municípios brasileiros - 2000/2010

⁷ É preciso destacar que pode ocorrer efeito endógeno na variável educação e imigração. Como não é possível, a partir da migração de data fixa, trabalhar com essa variável defasada, usa-se aqui como forma de inferir por uma relação de causa/efeito que pode ser questionável.

Variáveis	2000/2010		2000/2010	
	Imigrantes		Emigrantes	
	Estimativas	Pr > t	Estimativas	Pr > t
<i>Intercepto</i>	-0,015	0,600	0,035	0,267
<i>p_agua</i>	0,019	0,001***	0,014	0,007**
<i>p_esgoto</i>	-0,006	0,264	0,020	0,002**
<i>p_lixo</i>	0,009	0,064*	-0,003	0,646
<i>p_energia</i>	-0,015	0,011*	0,048	0,000***
<i>p_alfabetizado</i>	0,066	0,000***	-0,014	0,344
<i>p_segrau</i>	-0,117	0,000***	0,031	0,105
<i>p_superior</i>	-0,037	0,315	-0,116	0,004**
<i>p_ocupado</i>	0,060	0,000***	-0,008	0,358
<i>p_previdencia</i>	-0,012	0,083	0,005	0,483
<i>p_ICS</i>	0,055	0,000***	-0,034	0,000***
<i>p_pobretrab</i>	-0,022	0,008**	0,058	0,000***

Significância: 0 ‘***’ 0,001 ‘**’ 0,01 ‘*’ 0,05 ‘,’ 0,1 ‘ ’ 1

Fonte: elaboração do Autor a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e 2010

No que se refere à participação de emigrantes, os dados mostram que, das 11 variáveis utilizada, 5 não apresentaram significância estatística. Porém, não foram retiradas do modelo para não causar viés de especificação. Ou seja, é maior a dificuldade de predição dos fatores de evasão de pessoas nos municípios do país. Além disso, as demais variáveis apresentaram significância em 0,001% e 0,01%.

A variável *p_pobretrab* apresentou sinal positivo. Ou seja, a variação de um ponto percentual na pobreza no trabalho pode implicar na variação de 0,06 pontos percentuais na participação de emigrantes. Com isso, os coeficientes indicam que quanto maior é a pobreza municipal, maiores são os registros de pessoas que emigraram daquele município. Dessa forma, é possível supor que há uma relação direta entre pobreza e evasão de pessoas nos municípios brasileiros. Além disso, as variáveis: ter ensino superior completo; está ocupado, ou trabalhar na indústria comércio ou serviços, tiveram sinais negativos, sinalizando que variações negativas de um ponto nessas variáveis implicam variações negativas, em pontos percentuais, da participação de emigrantes nos municípios do país. Ou seja, a saída de pessoas dos municípios pode estar relacionada com a baixa participação de ocupados ou trabalhadores dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, bem como de pessoas com maior nível de escolarização.

5. – Considerações finais

O objetivo deste artigo foi fazer um estudo acerca dos fatores socioeconômicos que impactam na dinâmica migratória intermunicipal brasileira. Os Censos Demográficos brasileiros dos anos de 2000 e de 2010 mostram haver mudanças na dinâmica socioeconômica e migratória no país, sendo essa a motivação para uma análise da dinâmica migratória intermunicipal e o uso da migração de data fixa e dos chefes de domicílios como a forma escolhida para análise.

Pelo Índice de Eficácia Migratória é possível perceber que há uma mudança substancial em relação as áreas evasivas entre 2000 e 2010, bem como entre as áreas de rotatividade migratória. As regiões economicamente menos dinâmicas respondem pela maior incidência de evasão populacional, sendo que o mercado de trabalho tem respaldo nas áreas de rotatividade migratória. No que se refere as áreas de retenção populacional, elas se

concentram em regiões economicamente desenvolvidas e de forte envergadura econômica, tanto em 2000 quanto em 2010.

É possível perceber que há concentração populacional oriunda das migrações nas regiões metropolitanas brasileiras, bem como nas capitais dos estados e no Distrito Federal. São, portanto, áreas de atração populacional, dado os melhores índices de oportunidade de trabalho, oriundos da dinâmica econômica mais acentuada desses municípios.

Os resultados do modelo de dados em painel mostraram que o percentual de participação de imigrantes é afetada positivamente pela ocupação e pelo trabalho no setor da indústria, serviços e comércio, sendo essas as variáveis de maiores coeficientes e com maiores poderes de explicação no modelo. Ou seja, é possível afirmar que há relação direta entre o desempenho do mercado de trabalho, em particular nas atividades mais dinâmicas relacionadas aos setores de indústria, comércio e serviços, com a participação de imigrantes nos municípios que apresentam os melhores indicadores. Já o percentual de participação de emigrantes nos municípios pode ser explicado majoritariamente pela variação negativa na ocupação total e por setor.

Os resultados encontrados apontam para várias frentes determinantes da dinâmica migratória intermunicipal brasileira. Não foi possível constatar efeito isolado das variáveis sobre a dinâmica migratória dos responsáveis pelos domicílios. Isso está relacionado com questões de oportunidades para os migrantes e a seleção é feita por critérios diferenciados entre eles. Como próximos passos para pesquisas futuras, recomenda-se decompor os fatores que influenciam a dinâmica imigratória intermunicipal de responsáveis pelos domicílios.

6. Referências bibliográficas

ARAÚJO, T. B. (2000). **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Ensaio sobre o Desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências, Rio de Janeiro: Fase, 2000.

BORJAS, G. J. (1996). **Labor economics**, Massachusetts: McGraw-Hill, 1996.

BORJAS, G. (1987). Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, Volume 77, pp. 531-553, 1987.

BORJAS, G. (1998). The Economic Progresso of immigrants, **NBER Working Papers**, nº 6506, 1998.

BRITO, F. (2006). O deslocamento da população brasileira para as metrópoles, **Estudos Avançados**, v, 20, n, 57, p,221-236, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. (2012). O Papel da Migração Interna na Convergência de Rendimentos do Trabalho no Brasil, no Período de 1994 a 2009, **Revista Economia**, Brasília (DF), v,13, n,1, p,131-147, jan/abr 2012.

CANÇADO, J. P. (1999). Migrações e Convergência no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro v. 53, nº 2: p. 211-236, abr./ jun. 1999.

CHISWICK, B. (1978). The effect of Americanization on the earnings of foreign-born Man, **Journal Political Economy**, v, 86, 1978.

CHISWICK, B. (1999). Are immigrants favorable self-selected? **American Economic Review**, v 89, 1999.

CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SANTOS, D. D.; DIAS, R. (2002a). Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil. **Texto para discussão Nº 855**, Rio de Janeiro, IPEA, 2002a.

CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SANTOS, D. D.; DIAS, R. (2002b). Job and worker flows in Brazil. In: MENEZES-FILHO, N. A. (coord.). **Labor market dynamics in Brazil**.

Final Report, 2nd draft, Part I, Inter-American Development Bank Research Network, 11th round, Fipe-USP, Sep. 2002b.

DINIZ, C. C. (2001). A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil, **Texto para discussão, Nº 159**, CEDEPLAR/UFMG, 2001.

FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. (1995). Convergência entre as rendas *per capita* no Brasil. **Revista de Economia Política**, v 15, nº 4 (60), 1995.

FREGUGLIA, R, S.; MENEZES FILHO, N. A. (2012). Inter-regional wage differentials with individual heterogeneity: evidence from Brazil, **Ann Reg Sci** (2012) 49:17–34.

FREGUGLIA, R, S.; MENEZES-FILHO, N. A.; SOUZA, D. B. de. (2007). Diferenciais Salariais Inter-regionais, Interindustriais e Efeitos Fixos Individuais: Uma Análise a Partir de Minas Gerais, **Estudos Econômicos**, São Paulo, v, 37, n, 1, p, 129-150, janeiro-março 2007.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. (2014). Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

GUIMARÃES NETO, L. (1997). Desigualdade e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos, Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, Nº 15, 1997.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. (2002). Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro Oeste. In: HOGAN, D. J. (org). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. - Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, 2002. 322 p.

JAKOB, A. A. E.; JAKOB, R. O. S. E. (2015). A migração recente na Amazônia brasileira: como analisar? In: XXX Congresso da Associação Latino americana de sociologia –ALAS. **Anais...**, Costa Rica, 2015.

JUSTO, W.R.; FERREIRA, R. A; LIMA, C. F.; MARTINS, G.N. (2012). Os determinantes da migração e da migração de retorno intermunicipal no Brasil. In: XL Encontro Nacional de economia - ANPEC, **Anais...**, Porto de Galinhas, 2012.

JUTTEL, L. P. (2007). Norte e Centro-Oeste, novos polos de migração. **Ciência e Cultura**, v.59 n.4, São Paulo, 2007.

LEE, E, S. (1980). Uma teoria sobre a migração, In: MOURA, H, A, (org), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

LIMA, E. E. C. de; BRAGA, F. G. (2013). Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2013.

LIMA, L. C.; VALE, A. L. F. (2001). Migração e mudança social: influência do migrante do sertão nordestino no Norte do Brasil. **Revista Scripta Nova**, Nº 94, (82), 2001.

MAIA, A. G. (2013). Estrutura de ocupações e distribuição De rendimentos: uma análise da Experiência brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 276-301, mai-ago/2013.

MAIA, A. G.; QUADROS, W. J. (2009). Tipologia municipal de classes sócio-ocupacionais: uma nova dimensão para análise das desigualdades territoriais no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 47, p. 397-428, n. 2009.

MARTINE, G. (1990). Brazil, In: CHARLES B. N.; WILLIAM J. **International Handbook of Internal Migration**, 1990.

MARTINE, G. (1997). **Migração e metropolização, São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v, 1, n, 2, p, 28-31, jul./set, 1987.

MATA, D. da; OLIVEIRA, C. W. de; PIN; C.; RESENDE, G. M. (2007). Quais características das cidades determinam a atração de migrantes qualificados? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v, 38, nº 3., 2007.

MENEZES, O. (2003). Migrações: III Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001. **Instituto Nacional de Estatísticas**, São Tomé e Príncipe, 2003.

MENEZES, T.; FERREIRA JÚNIOR, D. (2003). Migração e Convergência de Renda, **Texto para Discursão – Nereus 13-2003**, São Paulo.

MYRDAL, G. (1956), **Economic theory and the underdeveloped regions**, London, 1956.

NETTO JÚNIOR, J. L. da S.; PORTO JUNIOR, S. da S.; FIGUEIRÊDO, E. A. de. (2008). Migração e distribuição de capital humano no Brasil: mobilidade intergeracional educacional e intrageracional de renda, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, nº 4, out-dez, 2008.

OLIVEIRA, K. F. de; JANNUZZI, P. de M. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva** (Impresso), v. 19, p. 134-143, nº 2005.

OLIVEIRA, L. A. P. de (Org.); OLIVEIRA, A. T. R. (2011). (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. 1. ed. RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO IBGE, 2011, v. 1. 103p.

ORELLANO, V. I. F.; PAZELLO, E. T. (2006). Evolução e determinantes da rotatividade da mão de obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.36, n.1, abril, 2006.

PACHECO, C. A. (1998). Fragmentação da nação, Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (1997). Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? Encontro Nacional da Associação brasileira de Estudos da População – ABEP, **Anais...**, Curitiba, 1997.

QUEIROZ, S. N. de.; BAENINGER, R. A. (2013). Migração de retorno: o caso recente das migrações cearenses. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 833-850, 2013.

QUEIROZ, S. N.; SANTOS, J. M. (2011). Saldos Migratórios: Uma Análise por Estados e Regiões do Brasil (1996-2006). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, p. 309-332, 2011.

RAMALHO, H. M. B. (2005). Migração, seleção e desigualdade de renda: evidências para o Brasil metropolitano a partir do censo demográfico de 2000, Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Economia (**Dissertação de Mestrado**), 2005.

SANTOS JUNIOR, E. R. (2002). Migração e seleção: o caso do Brasil, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, (**Dissertação de Mestrado**) Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T. (2006). Condições do Mercado de Trabalho no setor de serviços no Nordeste. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...**, Caxambu – MG- Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

SAWYER, D. R. (1984). Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio da interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v 1, nº 2, dez, 1984.

SILVA FILHO, L. A. (2016). Labour market and turnover in the industrial employment in the Brazilian Northeast region. **Investigación Económica**, vol. LXXV, núm. 295, enero/marzo de 2016, pp. 203-230.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, F. J. F.; QUEIROZ, S. (2015). Nordeste industrial: a fragmentação territorial de uma região periférica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 9-24, abr. - jun., 2015.

SILVA, Y. C. L.; SILVA FILHO, L. A.; CAVALCANTI, D. M. (2016), Migração, seleção e diferenciais de renda na região Norte do Brasil em 2010, XX Encontro da Associação brasileira de Estudos da População – ABEP, **Anais...** Foz do Iguaçu – PR, 2016.

SINGER, P. (1980). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, In: MOURA, H, A, (org), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

SJAASTAD, L. A. (1980). Os custos e os retornos da migração, In: MOURA, H, A, (org), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

TAYLOR, J. E. (1999). The new economics of labor migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration** 37:63-88, 1999.

TODARO, M. P. (1980). A migração de mão de obra e o desemprego urbano em países desenvolvidos, In: MOURA, H, A, (org), **Migração interna: textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

UNITED NATIONS – (ONU). (1970). Methods of Measuring Internal Migrations. Manuals VI, Manuals no Method of estimating population. **Populations Studies**, Nº 47, New York, 1970.

VASCONCELLOS, I, R, P.; RIGOTTI, J. I. R. (2005). Migrações entre os municípios brasileiros, a partir das informações dos censos demográficos de 1991 e 2000, In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, **Anais...**, Campinas: ABEP, 2005, v, 3, p, 1-19.

WOOD, C. H. (1982). Equilibrium and historical structural perspectives on migration, **International Migration Review**, V, 16, nº 2, 1982.

WOOLDRIDGE, J. M. (2006). **Introdução à Econometria – uma abordagem moderna**, São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.